



ISSN 2316-1205

DEMOCRACIA E LIBERDADE NA Balsa DA MEDUSA: REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE OS ‘MARES REVOLTOS’ DAS FINANÇAS NEOLIBERAIS

Democracia y libertad en la balsa de la Medusa: reflexiones teóricas sobre los ‘mares revueltos’ de las finanzas neoliberales

Democracy and freedom on the ferry of Medusa: theoretical reflections on the ‘stormy seas’ of neoliberal finance

Editor-chefe

José Rubens

Mascarenhas

Editor-adjunto

Marcelo Nolasco

Wagnervalter Dutra Junior

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Bahia, Brasil

ID LATTES: 9210258957276827

ORCID: 0000-0002-2431-6822

Endereço eletrônico: wdutra@uneb.br

Submetido

8-8-2025

Aceito

25-9-2025

Publicado

2-10-2025

Como referenciar

DUTRA JUNIOR,

Wagnervalter.

Democracia e liberdade na balsa da medusa: reflexões teóricas sobre os ‘mares revoltos’ das finanças neoliberais

RBBA–Revista**Binacional Brasil-****Argentina**, Vitória da

Conquista, 2025, v.15,

n.1, e17320. DOI:

10.22481/rbba.v15i1.1

7320

Resumo

O presente texto discute, partindo das concepções de mundo erigidas no âmbito da sociedade capitalista, determinações inerentes à centralidade da visão individualista liberal e suas conexões com a questão democrática. Aborda aspectos ideológicos relativos ao escopo de tal centralidade, ao passo em que objetiva apresentar os limites que tanto a concepção ideológica, quanto a dimensão mais ampla do metabolismo social, impõem contemporaneamente a efetividade concreta de uma democracia real e uma liberdade substantiva. Discute ainda o papel do Estado no âmbito do sociometabolismo capitalista e de que forma as conexões Estado-Capital-Trabalho implodem as possibilidades de ampliar o alcance democrático, e, por conseguinte, da liberdade, no âmbito do avanço do neoliberalismo, grande responsável pela desregulamentação das finanças após os limites do keynesianismo do pós-guerra para alavancar os lucros do grande capital, das limitações da acumulação capitalista no âmbito do que preconiza a lei geral da acumulação capitalista, não desconsiderando o papel que a ideologia do fim da história joga nesse contexto. Sustentando-se em números e fontes diversas demonstra que a concentração de renda e riqueza, potencializado pelo capital que opera nos mercados financeiros, tem relação direta com a corrosão da forma democrática, impedindo qualquer viabilidade para a liberdade, que não seja a liberdade de se vender como mercadoria. Conclui refletindo que a democracia efetiva e a liberdade substantiva dependem de uma ruptura como o sociometabolismo capitalista para efetivarem-se concretamente.

Palavras-chave: democracia; liberdade; Estado; capital; finanças; neoliberalismo.

RBBA

Revista Binacional Brasil Argentina: diálogo entre as ciências

Vitória da Conquista • Ano: 2025 • v. 15 • n.1 • e17320



Resumen

El presente texto discute, a partir de las concepciones de mundo erigidas en el ámbito de la sociedad capitalista, las determinaciones inherentes a la centralidad de la visión individualista liberal y sus conexiones con la cuestión democrática. Aborda aspectos ideológicos relacionados con el alcance de dicha centralidad, al tiempo que tiene como objetivo presentar los límites que tanto la concepción ideológica como la dimensión más amplia del metabolismo social imponen, en la actualidad, a la efectividad concreta de una democracia real y una libertad sustantiva. También se analiza el papel del Estado en el marco del sociometabolismo capitalista y cómo las conexiones Estado-Capital-Trabajo implosionan las posibilidades de ampliar el alcance democrático y, por ende, de la libertad, en el contexto del avance del neoliberalismo, gran responsable de la desregulación financiera tras los límites del keynesianismo de posguerra, con el fin de impulsar las ganancias del gran capital, frente a las limitaciones de la acumulación capitalista conforme a la ley general de la acumulación capitalista, sin dejar de lado el papel que juega la ideología del fin de la historia en este contexto. Con base en cifras y diversas fuentes, se demuestra que la concentración de renta y riqueza, potenciada por el capital que opera en los mercados financieros, tiene una relación directa con la erosión de la forma democrática, imposibilitando cualquier viabilidad de libertad que no sea la de venderse como mercancía. Se concluye reflexionando que la democracia efectiva y la libertad sustantiva dependen de una ruptura con el sociometabolismo capitalista para poder realizarse concretamente.

Palabras-clave: democracia; libertad; Estado; capital; finanzas; neoliberalismo.

Abstract

This text discusses, based on worldviews shaped within capitalist society, the inherent determinations of the centrality of the liberal individualist perspective and its connections with the democratic question. It addresses ideological aspects related to the scope of this centrality, while aiming to present the limits imposed both by the ideological conception and the broader dimension of social metabolism on the concrete effectiveness of real democracy and substantive freedom. It also examines the role of the State within the framework of capitalist sociometabolism and how the State-Capital-Labor connections implode the possibilities of expanding democratic reach and, consequently, freedom, particularly in the context of neoliberalism. Neoliberalism plays a major role in financial deregulation following the limits of post-war Keynesianism, seeking to boost the profits of big capital amidst the constraints of capitalist accumulation, as outlined by the general law of capitalist accumulation, while also considering the influence of the ideology of the end of history. Supported by various data and sources, it demonstrates that the concentration of income and wealth—driven by capital operating in financial markets—has a direct relationship with the erosion of democratic structures, rendering freedom unviable, except for the freedom to

sell oneself as a commodity. It concludes by reflecting that effective democracy and substantive freedom depend on a rupture with capitalist sociometabolism in order to be concretely realized.
Keywords: democracy; freedom; State; capital; finance; neoliberalism.

Introdução: encontros, desencontros e alguns limites iniciais

O presente texto tem natureza ensaística, pois objetiva refletir, a partir de um prisma teórico, sobre as tendências da relação entre a democracia burguesa e as finanças capitalistas, - sendo esta última esfera, a forma de acumulação do capital hegemônica contemporaneamente.

Democracia e liberdade carregam conotações que ora aproximam-se, ora marcam determinada distância, mesmo que compreendidas a partir da lógica sociometabólica do capital – portanto, nos limites da sociedade burguesa –, cujos rastros da valorização do valor, joga ao sabor dos ventos lucrativo-especulativos, que hoje expressam a configuração de um capitalismo financeirizado, que golpeia tanto a primeira, quanto limita ainda mais a segunda.

Podemos também, para nos ajudar a construir a reflexão proposta, retomar a forma das raízes das concepções centrais que circulam e divergem no âmbito da convivência social capitalista e da disputa a partir da dimensão central do político, enquanto concepção – de mundo. O filósofo Henri Lefebvre (2017), refletindo sobre os significados do termo concepção de mundo, assim elabora:

O que é uma concepção de mundo? É uma visão conjunta da natureza e do homem, uma doutrina completa. Em certo sentido, uma concepção de mundo representa o que se denomina tradicionalmente de *filosofia*. Entretanto, essa expressão tem um sentido mais amplo do que a palavra 'filosofia'. Em primeiro lugar, toda concepção de mundo implica uma *ação*, isto é, alguma coisa mais que uma 'atitude filosófica'. Mesmo que tal ação não seja formulada e incluída expressamente na doutrina, mesmo que seu elo permaneça sem ser formulado e que a ação implicada não dê lugar a um *programa*, nem por isso deixa de existir (LEFEBVRE, 2017, p. 9 – 10)

Após situar a amplitude com a qual se refere à expressão supracitada, o autor indaga: “Quais são as grandes concepções de mundo que se propõem atualmente?” (Lefebvre, 2017, p. 11). Três são as concepções de mundo centrais em nossa sociedade.

A primeira a que faz referência é a *concepção cristã*, formulada pelos grandes teólogos católicos. Reduzida ao essencial, define-se por afirmar uma hierarquia estática de seres, valores, formas, atos e pessoas. No alto dessa hierarquia está o Espírito puro, o Ser Supremo; Deus.

Como doutrina que busca apresentar uma visão de conjunto do universo, formulou-se com mais exatidão e rigor no período medieval. Os séculos que se passaram, pouco agregaram à obra de Tomás de Aquino, conforme sinaliza Lefebvre (2017).

Uma hierarquia apresentada com essa natureza, foi fundamental para amparar ideologicamente o direito natural, o jusnaturalismo; que, como no mundo das ideias platônico, espelhou a perfeição ideal hierárquica na hereditariedade que reproduzia a nobreza, o clero e o *modus vivendi* feudal, sob controle das classes dominantes à época. A “*concepção medieval*” do mundo, [...] permanece válida ainda hoje” (Lefebvre, 2017, p. 11).

A concepção individualista de mundo, é a segunda a ser apresentada, surgindo no século XVI, ao final da Idade Média, com Montaigne. Ao longo dos séculos, muitos autores (re)formularam ou reafirmaram essa concepção, todavia permanece o núcleo imanente formulado *a priori*. O indivíduo agora, não mais a hierarquia, aparece como a realidade essencial; possuindo em si mesmo, no seu foro interior, a razão. Ante os dois aspectos do ser humano – o individual e o universal, representado na razão –, “[...] haveria uma unidade, uma *harmonia* espontânea; de forma semelhante, entre o interesse individual e o interesse geral (ou seja, de todos os indivíduos), entre os direitos e deveres, entre a Natureza e o Homem” (Lefebvre, 2017, p. 11 – 12).

Essa concepção, amparada nas promessas de um capitalismo em franco desenvolvimento, objetivava romper com a teoria pessimista da hierarquia (cristã), oferecendo em seu lugar uma teoria otimista e a harmonia natural dos seres humanos e das funções humanas.

Nas ciências sociais e na teoria política, essa visão de mundo é mais conhecida como *liberalismo*, uma concepção burguesa de mundo, estruturada numa visão de que a economia é o conjunto de decisões individuais isoladas, mediadas pela oferta e demanda, ainda que isso esteja bem distante do que é de fato o metabolismo social capitalista.

A terceira, é a concepção marxista de mundo. O marxismo recusa aceitar uma hierarquia exterior aos indivíduos (metafísica), ao passo que não se encerra, como no individualismo, na consciência do indivíduo, tampouco no exame isolado da mesma. Sabe que a realidade escapa ao exame da consciência individualista, em suas práticas, no campo da natureza, sociais e históricas (como a estrutura de classes da sociedade); potencializado pela capacidade da ideologia em hipostasiar essa consciência individual como o padrão da consciência do indivíduo

burguês em seus valores. Partilha da forma da reprodução material a representação dessa mesma realidade, soma aos aspectos relativos à ideologia e à alienação.

Rejeita-se, no marxismo, a subordinação prévia e imutável dos elementos da sociedade e do ser humano uns aos outros, não admitindo, tampouco, uma harmonia espontânea. Percebe o mundo pelas suas contradições internas existentes, tanto no ser humano, quanto na sociedade; e, por tal razão, é sabedor de que o interesse individual (privado) pode se opor, e via de regra se opõe, aos interesses comuns. Porém, todo o progresso técnico, representado pelo desenvolvimento das forças produtivas, ainda convertem o domínio da natureza no cálculo lucrativo privado, direcionando a riqueza social para um número cada vez mais diminuto de mãos.

A forma geral da produção da riqueza, como um imenso acúmulo de mercadorias, baseada na posse privada dos meios de produção, afastou a grande massa da população das condições de realização do seu trabalho, por essa razão viram-se obrigados a vender sua força de trabalho para os proprietários privados desses meios – os capitalistas (burgueses) – que tendem, por sua vez, a concentra-se e centralizar-se.

A especificidade dessa forma de produzir riqueza traz consigo uma contradição consequente, observa Lefebvre (2017) a partir de Marx: o empobrecimento de uma parte cada vez maior da sociedade, situada no pólo do trabalho (proletariado). Claro se faz que a concepção marxista de mundo pouco interessa aos poderes instituídos, na medida em que desnuda as contradições em aberto da forma concreta da produção capitalista.

Interessa-nos, para o presente texto, destacar que a segunda concepção (a concepção individualista) é a visão de mundo imposta como no esteio da definição de ideologia de Marx & Engels (2007), em *A ideologia Alemã*: as ideias dominantes de uma época, correspondem às ideias da classe dominante dessa historicamente determinada época; nesse sentido a concepção aludida, formulada pelo caminho da filosofia liberal burguesa – de Adam Smith a Locke, Hobbes, etc. –, é apresentada como a concepção universal – e universalmente válida – do mundo em que vivemos.

Por tais razões históricas, cabe ainda a observação de que, nos estreitos limites de uma sociedade, em que os meios de reprodução material da mesma habitam um número diminuto de mãos privadas, a democracia como governo do povo, livre em seus marcos, passa a não fazer tanto sentido, no âmbito da prática social.

Como pensar em democracia e liberdade num capitalismo que precisa renovar as formas constantes de acumulação, bem como manter as condições históricas que apartam a grande

maioria da população de sua sobrevivência material imediata, a fazendo mediada por inúmeras formas institucionais, na mesma medida em que a acumulação originária (acumulação primitiva do capital) expressou a potência de tais formasⁱ? Como pensar em democracia e liberdade – e em seus marcos e limites – em uma sociedade inaugurada pela ruptura violenta entre o ser humano e a terra (natureza), convertida em propriedade privada, onde as cercas representam essa apartação? No âmbito de tais limites, configurados nessa fratura metabólica que desfigurou o uso (necessidade reprodutiva imediata) na troca mercantil, tanto a democracia quanto a liberdade subiram na balsa da Medusa.

Balsa da Medusa: estamos todos, democraticamente livres, no mesmo barco?

O século era XIX, o ano 1816. Anselm Jappe (2012) nos conta a história da balsa da Medusa, quando no ano referido do século retrasado, em seguida à restauração dos Bourbons, na França, uma fragata de nome *A Medusa* rumou ao Senegal, para aí restabelecer o domínio francês. O navio transportava centenas de pessoas, dentre as quais contavam-se com marinheiros, soldados, funcionários, colonos, além do governador da colônia e sua família.

O comando da embarcação ficava a cargo de um velho capitão realista, que logo revelou a sua incompetência e presunção. Desdenhava de todas as experiências das navegações acumuladas no já proscrito período napoleônico, por tal razão, estava em permanente conflito com os seus oficiais. O desfecho: o navio encalhou num banco de areia, já conhecido, ao largo da costa da África, e teve de ser abandonado.

Em decorrência da situação, passageiros “de qualidade” embarcaram em chalupas, enquanto construiu-se às pressas uma balsa de vinte metros por sete, com o objetivo de que nela se amontoassem 149 marinheiros e soldados, juntamente com alguns oficiais. Às chalupas amarraram a balsa, porém logo as amarras foram cortadas – intencionalmente, observa Jappe (2012) –, pondo a balsa à deriva, com escassez de comida e água.

A situação depressa degenerou, tendo alguns chegado mesmo ao canibalismo, enquanto outros comiam as cordas das velas e os cintos. Ao cabo de treze dias, os últimos sobreviventes foram salvos, casualmente, por uma outra embarcação enviada pelo comandante – seguramente não em seu socorro, mas para recuperar o ouro que ficara na Medusa encalhada. Na balsa, restavam vivas apenas quinze pessoas [morreram 134 de 149]; destas, cinco morreram nos dois dias seguintes. Em contrapartida, quase todos os burgueses e nobres

que tinham podido subir para as chalupas haviam chegado a terra e, apesar das grandes dificuldades, estavam salvos (Jappe, 2012, p. 8).

Referindo-se ao fato de, a bordo da *Medusa*, zarparem tanto a democracia quanto a liberdade, importa atenção à metáfora. As escolhas feitas ao longo do desenrolar da história da *Medusa*, soam como um limite para definir entre quem vive e quem será condenado a vagar na deriva? (ainda que os condenados tenham feito a sua embarcação com as próprias mãos – o que significa que mesmo vagando nessa deriva, tudo, inclusive a sua concreticidade, depende do trabalho dos que ali fizera parte, mas que não podiam ocupar as chalupas).

Nessa medida, a democracia, como uma determinada maneira de fazer política, acaba sendo apresentada com a mesma aparência da viagem de ida da *Medusa*, onde os distintos partícipes parecem coadunar num objetivo comum (mesmo que se refira à ocupação neocolonial, que não é tão comum assim), e existem em meio a institucionalizada determinação histórica dos papéis – direitos e deveres – daqueles que estão a bordo.

A sensação da partilha comum, forjou-se no estabelecimento dos Estado-Nação, cuja unidade econômica – e territorial – haveria de equivaler a unidade política, ou observada mais de perto, como uma forma de organizar as relações econômicas, que escondendo a sua totalidade, aparecia como separação da economia e da política, todavia mantendo a unidade do todo, da contabilidade da “tirania do imperativo do tempo do capital” (Mészáros, 2007).

Isso para tornar operacional do ponto de vista espaço-temporal, as instituições e as disputas que o mercado enseja para a sociedade nascente, onde o capital “[...] deve tornar-se cego com relação a todas as dimensões do tempo diversas da dimensão relativa ao trabalho excedente explorado ao máximo e o correspondente tempo de trabalho” (Mészáros, 2007, p. 33); a separação aparente e ideológica da economia e da política tem por finalidade que a percepção da contabilidade temporal do cálculo lucrativo seja naturalizada.

Uma sociedade baseada na fratura metabólica entre valores de uso e sua perversão mercantil, necessitava constituir uma forma política que escondesse o que a relação econômica também precisava esconder (tomar as forças sociais por designio da natureza). Por essa razão, os teóricos da sociedade civil – acompanhados por Kant –, observam “[...] o *antagonismo dos homens em sociedade* como diretamente emergente da própria *natureza humana* e, portanto, igualmente insolúvel” (Mészáros, 2007, p. 36).

No texto *Uma (anti)fábula que fala de ti (ou de nós)? reflexões sobre desigualdade, ideologia e alienação*, Dutra Jr. (2023), com base nas reflexões sobre a história do pensamento econômico, elaboradas por Heilbroner (1996), rememora o papel que Adam Smith assume ao

dar estatuto de cientificidade para o inaugurado vínculo *efetivo* entre os seres humanos, não mais correspondendo às tradições centradas na palavra, como na sociabilidade feudal, aclarando o tipo de vínculo social primário sob o qual o sociometabolismo do capital impõe ao centro da cena: o nascimento do sistema de mercado. “A sobrevivência agora não deve mais sua resolução pelos costumes nem imposição, mas pela ação *livre*, cujo objetivo é o lucro de seres humanos que agora tinham em comum entre si o mercado” (2023, p. 110), surgia assim o esboço do ‘*homo economicus*’ (homem econômico), orientado pela satisfação individual dirimida pelo mercado. A ideia precisava de uma filosofia, que por sua vez nasceu com um problema: como manter os pobres na pobreza?

Na medida em que estruturalmente estes últimos não são proprietários da própria possibilidade de reprodução material, precisam, para serem *livres* (liberdade), se vender, pois só lhes resta essa liberdade de permanecerem como estão. A forma “democrática” da ‘partilha do mundo’ não poderia demonstrar para a esmagadora maioria dos envolvidos que, para os ricos manterem seus privilégios, eles precisam ser convencidos de que podem, um dia, romper com a pobreza.

a ciência econômica, nascida dos braços da ‘filosofia moral’ de Adam Smith, não constitui diretamente uma ideologia, todavia, na medida em que sustenta, direciona, orienta, e, por vezes, entrecruzando-se às cadeias causais dos pôres teleológicos primários, demanda ações e práticas redefinidas em sua historicidade ontológica e orientada, agora, única e exclusivamente pela valorização do valor – e tudo o que isso possa significar - adentra ao reino da ideologia, pois as ações e práticas supramencionadas repousam agora numa organicidade triádica, Estado-Capital-Trabalho, cujo funcionamento conecta todas as mediações ideológico-alienante-fetichistas ao curso de uma História que parece funcionar como a externalidade estranhada do Espírito Absoluto (Dutra Jr., 2023, p. 111).

A condição ideológica, porque prática, desse jogo individualista da economia inaugurada com o sistema de mercado, necessitava da mão invisível smithiana, para constituir uma espécie de sociabilidade universal e guiada de fora, como uma externalidade (economia e política separadas).

Nessa medida manteria intacta o edifício da desigualdade fundante do capital, constituída na contradição da produção social apropriada privadamente. A democracia serve para potencializar o edifício da desigualdade de mercado, partilhando a ilusão de que no mercado a justiça pode ser encontrada, mediada no sistema de preços e no equilíbrio autorregulado, imanente a esse mesmo mercado.

Todavia, para levar a cabo essa empreitada, urge a mediação de uma força apresentada como neutra, aparentemente acima da sociedade – necessária à ilusão de que também a democracia de mercado é o escopo dessa neutralidade – ao passo que cada cabeça equivale a um voto, na ilusão jurídica e formal de um relacionamento entre iguais, contratualmente mediado, ainda que a uma das partes só resta, no despojo dos seus meios de trabalho, vender-se ao capital –, que é o Estado.

Singer, Araujo e Belinelli (2021), ilustram que a gênese do Estado moderno se localiza no Estado absolutista, mais adiante, sustentando-se em Max Weber, alude a respeito do Estado contemporâneo ser concebido como uma comunidade humana, dentro dos limites de determinado território. A noção de território, complementam os autores, “corresponde a um dos elementos essenciais do Estado” (Singer, Araujo & Belinelli, 2021, p. 104).

A processualidade material dessa necessidade de ordenar a produção social, cuja organicidade não se faz concreta senão na sua objetivação em espaço – território – e tempo (metabolismo social), estão na base da sistematização de um conjunto de conhecimentos, denominado de Geografia, que casou teoricamente, para sustentar a práxis objetiva do valor, o solo com o Estado (geografia política de Frederich Ratzel), buscando unificar um país (Alemanha).

Por trás da unificação de um país, o sistema de mercado poderia intentar a universalização da sua forma, que rompeu os estreitos limites para a circulação de mercadorias, pois essa unificação sustentava outra unificação, a das equivalências e equivalentes gerais, tanto na sua forma maior, o dinheiro; quanto na sua forma menor, de como as medidas se comunicariam nesse dinheiro (daí a unificação do sistema de medidas)ⁱⁱ. Nem as muralhas da China ficaram incólumes, como ironizam Marx e Engels no *Manifesto Comunista*.

Ainda por dentro do resgate que Singer, Araujo e Belinelli (2021) fazem de Weber, é preciso pontuar que além do componente territorial, outra dimensão também central do Estado moderno se destaca, que é monopólio da violência. Partindo do domínio da produção do espaço e do controle sobre essas formas, o aspecto territorial e o monopólio da violência são muitas vezes aceitos e até sustentados, como pressupostos de uma unidade que põe como iguais, os desiguais nas fronteiras internas aos próprios países.

Como ensina o geógrafo Yves Lacoste, no livro *A geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, parte dessa unidade que cimentou, ideologicamente, uma ideia de pátria, serviu para dirimir, ou suavizar, as contradições de classe internas às fronteiras nacionais.

Ao invés da contradição capital *versus* trabalho, uma nação contra a outra. Produzir a externalidade da mão invisível, também foi uma operação geográfica (e histórica).

A unidade espacial é a unidade que deve espelhar a formalidade institucional vinculada ao sociometabolismo do capital, por tal razão o Estado e o solo se vinculam nessa geografia política da forma valor, confluindo as determinações ideológicas de uma suposta troca justa, aliada à concepção da economia política clássica, potencializada pelo liberalismo, da sociedade como um conjunto de indivíduos que buscam, no mercado, maximizar suas possibilidades de ganho (propensão natural em Adam Smith).

O ímpeto dessa busca é naturalizado, conforme anteriormente mencionado. Todavia, para Poulantzas, no primeiro capítulo de *Poder político e classes sociais*, a coesão social é o ponto nodal da ossatura do Estado, que o faz matéria concreta, ao invés da realização de um conceito ou ideia – forma hegeliana de conceber o Estado. Indivíduos concebidos – no seio da economia – como isolados, contudo, vinculados por uma mão externa a eles mesmos; assim política e economia apartam-se na aparência, para obstaculizar a demonstração concreta da farsa da *mão invisível* na ontologia concreta das muitas mãos que colocam adiante o salto mortal da mercadoria, e essas mãos se combinam socialmente no mercado, que, por seu turno, nada tem de natural, é troca dos inúmeros trabalhos de mãos que se percebem individuais.

Porém o capital não é o reino da harmonia, é o reino da brutal competitividade para ampliar as margens de acesso ao valor produzido socialmente, por isso competem entre si, o que leva ao monopólio e à concentração e centralização do capital, quando alguém vence a disputa (nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, Marx já havia percebido que a concorrência leva ao monopólio).

Atento ao papel do Estado moderno, ante a forma do desenvolvimento histórico do sociometabolismo do capital, Mézáros (2002) esclarece que este passa a existir “[...] para poder exercer o *controle abrangente* sobre as forças centrífugas insubmissas que emanam de unidades produtivas isoladas do capital, um sistema reprodutivo social antagonicamente estruturado” (p. 107). Ainda refletindo sobre o Estado moderno, Mézáros afirma ser revelador que este mesmo Estado tenha emergido com o mesmo grau de “inexorabilidade característico da triunfante difusão das estruturas econômicas do capital” (p. 106), esclarecendo que,

A formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. O capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno.

Portanto, não é acidental que o encerramento da ascensão histórica do capital no século XX coincida com a crise do Estado moderno em todas as suas formas, desde os Estados de formação liberal-democrática até os Estados capitalistas de extremo autoritarismo (como a Alemanha de Hitler ou o Chile miltonfriedmannizado de Pinochet), desde os regimes pós-coloniais até os Estados pós-capitalistas de tipo soviético. Compreensivelmente, a atual crise estrutural do capital afeta em profundidade todas as instituições do Estado e os métodos organizacionais correspondentes. Junto com esta crise vem a crise política em geral, sob todos os seus aspectos, e não somente sob os diretamente preocupados com a legitimação ideológica de qualquer sistema particular de Estado (Mészáros, 2002, p. 106 – 107).

Para orquestrar a coordenação de um sistema sociometabólico, com suas fraturas metabólicas internas e defeitos estruturais, a unidade aparente – logo ideal/ideológica – precisa ser construída e reconstruída constantemente, pois na legitimação desse *corpus*, em que a divisão social e territorial do trabalho dita os rumos, é preciso equilibrar entre o visível (aquilo que aparece na forma como deve aparecer, uma espécie de falso do socialmente necessário fetichismo da mercadoria) e o invisível (o concreto absorvido pela forma valor na alienação do trabalhador e do conjunto de inversões práticas e teóricas, operadas pela ideologia).

Ainda que observemos variações da forma estatal – ora democrática, ora autoritária – no sistema sociometabólico do capital, a imanência da manutenção dos altos níveis de extração do sobretrabalho não podem ser ameaçadas – o economista Ernest Mandel dizia que a taxa de lucro é o sismógrafo da história do modo de produção capitalista (Dutra, Jr., 2010, p. 81); nesse sentido é na extração do sobretrabalho como garantia do lucro que os ‘terremotos sociais’ acontecem; e, em alguma medida fez com que se experimentasse, nesse mesmo sociometabolismo, uma forma de controle político abrangente dessa força de trabalho (o Estado) em que as variações autoritárias, democráticas, ou mesmo uma mescla de ambos, convivem com absoluta tranquilidade; a unidade é o que faz mover o ‘hieróglifo social’ por trás do sismógrafo.

O contexto de emergência do nazi-fascismo, por exemplo, remete a essa variação de fronteiras sempre tênues e confusas, entre a democracia e o autoritarismo. É possível pensar nessa dimensão a partir do debate levado a cabo por Dutra Jr. (2025)ⁱⁱⁱ, no texto que aborda as tensões do federalismo e a face do autoritarismo brasileiro, quando aborda o pensamento liberal (centrado no indivíduo, conforme supramencionado) em sua relação com a estruturação do federalismo e da territorialização da forma estatal no Brasil.

É preciso destacar que o pensamento liberal, ecoado a partir de pensadores ingleses e franceses, está na base do desenvolvimento das ideias que levaram,

em solo norte americano, à construção do federalismo. Entretanto essa dimensão do liberalismo já demonstra tensões – contradições – que irão se reverberar no federalismo enquanto expressão espacial de uma ordenação de claro caráter desigual-combinado, subjacente à mercantilização operada pelo capital em toda sociabilidade e em distintos espaços-tempos com níveis de desenvolvimento das forças produtivas profundamente desiguais. No Brasil esse federalismo, por essa mesma dimensão não conseguiu ultrapassar o poder dos coronéis – talvez ainda não consiga. Por essa razão os liberais norte americanos não faziam questão de enxergar problemas na escravidão, a distância entre a retórica e os fatos é desmentida pela violência autoritária que é a parteira da sociedade do capital, até por que o trabalho livre é também mera retórica (Dutra Jr., 2025, p. 9).

Permanecendo atento à retórica dos liberais – em flagrante contraste com suas práticas –, é útil resgatarmos uma passagem, ainda que longa, de Losurdo (2015, p. 14), quando questiona o que é o liberalismo?

As respostas usuais à pergunta que nos colocamos não deixam dúvidas: o liberalismo é a tradição do pensamento que situa no centro de suas preocupações a liberdade do indivíduo, desconsiderada e pisoteada pelas filosofias organicistas de diferente orientação. Sendo assim, como situar John C. Calhoun? Este eminente estadista, vice presidente dos EUA, na metade do século XIX, entoou um hino apaixonado à liberdade do indivíduo e, inspirando-se também em Locke, o defende energeticamente contra qualquer imposição e contra toda a indevida interferência do poder do Estado. Mas, isso não é tudo. Juntamente com os ‘governos absolutos’ e a ‘concentração do poder’ ele não cansa de criticar e condenar o fanatismo e o espírito de ‘cruzada’, aos quais contrapõe o ‘compromisso’ como princípio inspirador dos autênticos ‘governos constitucionais’. Com igual eloquência, Calhoun defende o direito das minorias: não se trata apenas de garantir pelo sufrágio a alternância ao governo de diversos partidos: um poder excessivamente amplo é sempre inaceitável, mesmo limitado no tempo e amenizado pela promessa ou pela perspectiva da periódica inversão das funções na relação entre governantes e governados. Não há dúvida, teríamos aqui todas as características do pensamento liberal mais maduro e sedutor; no entanto, por outro lado, desdenhando os meios-termos e a timidez ou temor dos que se limitavam a aceitá-la como um ‘mal’ necessário, Calhoun proclama que a escravidão, ao contrário, é um ‘bem positivo’ ao qual a civilização nunca pode renunciar. Certamente, ele denuncia repetidamente a intolerância e o espírito de cruzada, para não colocar em discussão a subjugação dos negros ou a caça impiedosa aos escravos fugitivos, mas sempre e somente para estigmatizar os abolicionistas, estes ‘cegos fanáticos’, que consideram ser ‘sua mais sagrada obrigação lançar mão de todos os recursos para destruir’ a escravidão, uma forma de propriedade legítima e garantida pela Constituição – curioso que Hitler se vale da Constituição de Weimar para aprofundar seu poder na escalada mais bárbara da história do capitalismo. Observe-se que das minorias defendidas com tanto vigor e com tanta sabedoria jurídica não fazem parte os negros. Ao contrário, neste caso, a tolerância e o espírito de compromisso parecem se reverter: se o fanatismo conseguir realmente levar adiante o

ensandecido projeto de abolição da escravidão, haveria a ‘extirpação de uma ou outra raça’. E, considerando as concretas relações de força existentes nos EUA, não seria difícil imaginar qual das duas iria sucumbir: portanto, os negros poderiam sobreviver só continuando na condição de escravos.

Apesar de extenso, o trecho acima pondera bem parte dos limites dessa mescla entre o democrático e o autoritário, no âmbito da concepção liberal^{iv}; e a versão predominante, do ponto de vista ideológico, de uma visão de mundo individualista, demonstra o fio condutor do isolamento concreto a que o trabalhador está submetido, e a sua participação na gestão do Estado, enquanto força política da classe trabalhadora, será sempre *por dentro do Estado*, com toda a limitação decorrente.

A própria forma representativa da democracia moderna é uma limitação, em contraste com a experiência democrática da Antiguidade (que também não era tão democrática – a Grécia excluía estrangeiros, mulheres, crianças, e homens em determinadas faixas de idade do debate na Ágora). A democracia como ‘governo do povo’, na Antiguidade, era entendida como o “conjunto de sujeitos livres detentores do direito de participar das decisões políticas, mas na democracia moderna o povo não governa, apenas escolhe, de tempos em tempos, quem governa” (Singer, Araujo & Belinelli, 2021, p. 178).

Por essa razão foi apontado anteriormente a natureza aparente de uma *harmoniosa* convivência contratualizada no direito, servido como simulacro de democracia (não há troca justa, e o que falar dos direitos e deveres nessa era da corrosão e do esgarçamento do tecido social promovido pelo neoliberalismo?). Mas ainda fica em aberto, quem ou o que de fato governam? – aquém ou além da democracia, do autoritarismo ou de ambos.

Magnatas da indústria do aço, das finanças, têxtil, automobilística e bélica alemãs^v, não pestanejaram ao ouvir as propostas de uma última eleição a durar dez ou cem anos, cujas garantias saíram da boca do próprio Hitler numa reunião ocorrida em 20 de fevereiro de 1933, assim como a promessa de estabilidade e o combate à pouca unidade entre a lógica da economia mercantil e os freios e entraves da democracia, não se incomodaram na aposta de tolher as liberdades democráticas, desde que em nome do lucro. Após as promessas, o pedido (Jong, 2023).

Na reunião Herman Göring; e um dos futuros ministros da economia de Hitler, e ex-presidente do Reichsbank (banco central alemão), Hjalmar Schacht, ‘passaram o chapéu’, com Schacht proferindo a frase emblemática daquela reunião: “E agora, para a caixa registradora, cavalheiros”. Esse pedido aos magnatas da indústria e das finanças alemãs seria uma

contribuição para a eleição do Partido Nazista, conseguindo uma soma aproximada de três milhões de marcos (Jong, 2023).

Acima temos um prelúdio dessas tênues fronteiras, considerando inclusive a maneira como ascendem ao poder tanto Hitler como Mussolini, pela via democrática – do voto, e aproveitam-se do descontentamento geral, amparados pelos efeitos do fim da Primeira Guerra mundial e da crise de 1929, para crescerem como outsiders, candidatos antissistema, na mesma medida em que arvoram-se – democraticamente de início e de forma autoritária *a posteriori* – guardiões de uma missão maior, entretanto cumprem a função própria ao Estado capitalista, realizando a sua função de “[...] *condensação particular de redes e relações de força numa sociedade, as quais permitem que sejam produzidas e reproduzidas relações de exploração e dominação*” (Osorio, 2014, p. 21).

O Estado moderno é a orquestra sinfônica das coerções mudas^{vi} (e surdas) que o capital necessita impor para operacionalizar a extração de sobretrabalho, e a democracia sua casa mais confortável. O autoritarismo é a casa incômoda e que pode ser mais custosa de operacionalizar, pela belicosidade inerente ao seu funcionamento, essa é mais uma razão da opção preferencial pela democracia, ao menos até o momento em que a mesma não se choque com as variações e contratendências da lei geral da acumulação capitalista.

Algumas dessas tensões do sociometabolismo do capital, como sistema globalmente dominante articulado pelo Estado (no tripé Estado-Capital-Trabalho), entre democracia e sua estrutura totalizadora de produção e domínio global articulado no imperativo do cálculo lucrativo, podem ser captadas na passagem seguinte:

A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos. No entanto, é irônico (e bastante absurdo) que os propagandistas de tal sistema acreditem que ele seja inerentemente

democrático e suponham que ele realmente seja a base paradigmática de qualquer democracia concebível (Mészáros, 2002, p. 96).

Tal dimensão impositiva habita frequentemente as páginas do *The Economist*, de Londres, segundo apresenta Mészáros (2002), os seus editores e principais autores registraram por escrito, e com seriedade, uma proposta segundo a qual não

[...] *há alternativa* para o mercado livre como forma de organização da vida econômica. A disseminação da economia de livre mercado gradualmente levará à *democracia multipartidária*, porque as pessoas que têm a *livre opção econômica* tendem a insistir também na *livre opção política* (The Economist *apud* Mészáros, 2002, p. 97).

Curioso como os cânones liberais ainda insistem numa sociedade formada por indivíduos isolados, pois só numa sociedade assim cabem as fantasias de um mercado livre que, gradualmente, nos levaria ao paraíso da democracia multipartidária, pois as pessoas experimentam a livre opção econômica e tendem a insistir também na livre opção política; tudo dessa forma, sem contradição, numa linearidade que lembra mais uma perspectiva da história que se fecha do que o contrário; no entanto, Marx é o acusado de elaborar um destino finalístico para a História, todavia, quem o faz, é o filósofo do Estado burguês enquanto metafísica, Hegel. Qual é a efetividade prática desse mantra (neo)liberal, tendo em vista que os próprios mercados – financeiro sobremodo – sequestraram a democracia para si em nome dos interesses dos seus acionistas?

A inexorabilidade da forma social no *capital permanente universal hegeliano*^{vii}, a marcha da história – a filosofia da história – que caminha do oriente para o ocidente e suas formas, dentre as quais a democracia, também compõe o enredo do último estágio de desenvolvimento humano que Hegel previu como o caminho do Espírito Absoluto, mediado pelo Estado: “a forma que é a realização completa do espírito na existência” (Hegel, 2008, p. 23). E “a liberdade é a única verdade do espírito” (p. 24), cabe questionar a que liberdade se refere o filósofo idealista alemão?

Hegel (2008) assinala que o espírito não possui unidade fora de si, ele encontra essa unidade em si mesmo. Apenas as nações germânicas, pelo cristianismo, tomaram consciência de que o homem é livre como homem, e que liberdade do espírito institui a sua natureza mais intrínseca. A diferença que surge ao observar, em essência, o princípio da liberdade é que a história universal é o progresso da consciência da liberdade, o progresso da única verdade do espírito.

Mesmo ponderando que os significados da palavra liberdade impõem ambiguidade, enseja mal entendidos, equívocos, excessos, confusões, fato é que essa liberdade “hegeliana”, está atrelada a essa marcha, a esse fim, no sentido teleológico de realização da forma racional capitalista – Espírito Absoluto –, como a última parada do trem. Democracia e liberdade estão presas em algum vagão.

Conforme Hegel (2008), a história universal caminha do Leste (oriental) para o Oeste (ocidental), pois o fim da História universal é a Europa, e seu começo, a Ásia (mesmo estando no hemisfério leste em relação a Europa, essa ideia de mundo ocidental, que nos inclui por colonialismo e acumulação originária, remete a essa concepção hegeliana da História). “A história universal é o disciplinamento da arrogância da vontade natural, em vista do universal e da liberdade subjetiva” (p. 93).

No Oriente se sabe que apenas *um* é livre; nos mundos romano e grego, apenas alguns o são; o mundo germânico – capitalista em formação – sabe que *todos* são livres (Hegel, 2008). Liberdade de *todos*, mas de que natureza? Segundo Mészáros (2002), essa é a versão não há alternativa – *there is no alternative* (TINA) – de Hegel. Margareth Thatcher agradece!

Aparece novamente o problema da separação entre economia e política no meio dessa liberdade sem alternativa – uma liberdade meramente formal –, que representa a versão da história tão cara ao mundo burguês. Sustentado em Mészáros (2002), cabe questionar se o desemprego de incontáveis milhões é também essa liberdade como verdade do espírito? Ou está entra as inúmeras outras benesses e bençãos da “economia de livre mercado”, pertencendo então a categoria de “livre opção econômica”, que fará surgir, no devido tempo os frutos da “livre opção política” com a sua liberdade no seio de uma “democracia multipartidária”? Depois disso, ironiza, viveremos como num conto de fadas, “felizes para sempre”. A separação supracitada potencializa a naturalização implícita nas categorias forçosamente eternizadas do mundo burguês.

De acordo com Osorio (2014), assim a exploração do trabalho aparece como uma lógica alheia a coerções extraeconômicas, isto é, ao Estado. A base desse processo foi estabelecida historicamente pela separação entre os trabalhadores e os meios de (re)produzir a vida material; e o mesmo foi realizado por mecanismos políticos violentos, entretanto essa separação parece se reproduzir sob a regência de sua própria lógica, sem a ingerência de fatores políticos. “Os operários se apresentam nas fábricas sem a necessidade de uma coerção política. A necessidade de subsistência os leva a isso, na medida em que não contam com nada mais do que a sua força

de trabalho” (p. 22). A *liberdade democrática* do trabalhador esbarra nos limites da separação do não aparente.

Assim, a economia (sujeitos desprovidos de meios de vida e de produção, compra-venda de força de trabalho, regresso cotidiano dos operários ao mercado de trabalho etc.) parece funcionar regida por suas próprias regras e aparece como autônoma em relação aos processos políticos (que tornam possíveis processos como aqueles anteriormente apontados). A política, por sua vez, é vista como desligada da economia, como um processo independente e autônomo. Não se revela que são determinados projetos que prevalecem na organização da vida em comum. O Estado capitalista – sua principal cristalização – aparece assim como estranho à exploração e à reprodução das classes; em sua representação clássica o Estado capitalista democrático as dilui e as atomiza (Osorio, 2014, p. 22 – 23).

Ainda que isso esteja orquestrado pela coesão estrutural global da valorização do valor, em que o Estado tem papel central, as coerções mudas/surdas deixam o processo aquém dos próprios trabalhadores, na naturalização fetichista em que a coisa toma o lugar do humano. A Medusa não encontra outras águas, senão os mares revoltos da especulação e do lucro.

Tendências para a democracia e liberdade na era das finanças neoliberais: algumas notas sobre tempo comprado, crise adiada e o ‘privilégio a servidão’

O sociometabolismo do capital pode adiar *ad nauseam* a sua própria crise comprando ‘tempo’ (e ‘produzindo espaço’) – não é isso que a ideologia neoliberal impõe como mantra, escondendo sua face real? –, todavia cabe a pergunta sobre a sua capacidade de adiá-la *ad infinitum*. O capital é capaz disso?

O âmbito do desenvolvimento da esfera das finanças já é uma espécie de resposta a essa crise do capital, cujo núcleo é encontrado na lei geral da acumulação capitalista, quando Marx (2013), refletindo sobre a maneira como o trabalho se distribui na sociedade capitalista, entende e demonstra, que o processo de concorrência intercapitalista impulsionaria o avanço tecnológico, visando aumentar a produtividade do trabalho – produzir mais mercadorias em menos tempo; lembrem-se a riqueza nessa sociedade é uma enorme coleção, acúmulo, de mercadorias –; contudo ao inserir tecnologia no processo (trabalho morto), o peso da balança implica que o trabalho vivo, as mãos reais que apertam parafusos infinitamente, como numa película de Chaplin, é convidado a se retirar do processo produtivo e habitar o reino

individualista da fantasia liberal da democracia de mercado, onde busca maximizar suas “vantagens”.

Como se ele pudesse escolher entre um melhor salário e a sobrevivência, o que hoje é um luxo que pertence a uma parcela cada vez mais reduzida da população (daí a ideia de um ‘privilégio da servidão’).

La producción capitalista de mercancías contiene, desde el inicio, una contradicción interna, una verdadera bomba de relojería colocada en sus mismos fundamentos. No se puede hacer fructificar el capital ni, por tanto, acumularlo, si no es explotando la fuerza de Trabajo. Pero el trabajador, para que pueda generar beneficios para quien lo emplea, debe estar equipado de los instrumentos necesarios, y hoy em día de tecnologías punteras. De ahí resulta una carrera continua, dictada por la competición, por el empleo de las tecnologías. Em cada ocasión particular, el primer empleador que recurre a una nueva tecnología sale ganando, ya que sus obreros producen más que os que no disponen de esas herramientas. Pero el sistema entero sale perdiendo, dado que las tecnologías reemplazan al trabajo humano. El valor de cada mercancía particular contiene, por tanto, una porción cada vez más exigua de trabajo humano, que es, sin embargo, la única fonte de plusvalía y, por tanto, de beneficio (Jappe, 2014, 22 – 23).

Anselm Jappe (2014) esclarece que a crise do capital tem em seu núcleo orgânico uma tendência ao aumento da produtividade sistêmica global, conforme aludido de início, por essa razão surge a obsolescência programada (contratendência); visando a ampliação da velocidade do ciclo entre a mercadoria comprada e a “necessidade” de substituí-la.

O que essa tecnologia realiza na prática, para além de um maior número de mercadorias, é a obsoletização – o tornar supérfluo – da força de trabalho, pois a máquina, além de sua eficiência conhecida, como a capacidade de produzir bem mais em um menor intervalo de tempo, não apresenta outros inconvenientes típicos da mão de obra humana; pois a máquina não gripa, não engravida, não faz cirurgia, não tem direito a licença médica, não tem parentes, não fica doente, não faz greve, e, principalmente, não tem direitos sociais.

Por outro lado, a máquina não recebe salário, apesar de ser trabalho morto devolvido parceladamente à mercadoria pelo trabalho vivo, na medida em que quando a máquina se desgasta o que se objetiva, o que passa adiante, é esse trabalho *crystalizado* como ‘máquina’, por outra mão trabalhadora em um momento anterior do processo produtivo, passando à composição da nova mercadoria produzida.

O trabalho se transfere, flui na totalidade concreta da valorização do valor. Todavia esse processo implica um problema ao capitalista: se a máquina, aquilo que me faz produzir mais,

não recebe salário e me faz demitir trabalhadores que o recebiam, e se esse processo é a regra da produção capitalista, então quem vai comprar minhas mercadorias, por seu turno cada vez mais compostas de um tempo de trabalho de máquina e menos tempo da mão humana?

Esse é o primado do sentido da lei geral da acumulação e que implica sempre um sociometabolismo estruturado em fraturas metabólicas, violência institucional ou não, Estado, o *ethos* de uma força de trabalho sempre servil, e uma equação que não fecha, se o consumo – lembrem-se os trabalhadores são sempre expulsos –, que efetiva o último estágio que sai da produção, passando pela distribuição (relações), circulação (estrutura), e faz o dinheiro chegar para o fabricante – e é distribuído sob várias formas na viagem de volta (além do lucro, os juros, a renda e por fim o salário), limita-se.

O capital é, portanto, portador de uma contradição viva, e visto que a sua realização é sempre uma aposta contra si mesmo, de que maneira o capital se resolve? Percebe-se cada vez mais os estreitos limites da democracia, e aqui podemos afirmar que é uma democracia sempre de mercado, e da liberdade, onde podemos afirmar que saímos de uma liberdade de onde saltamos da institucionalidade da relação formal capitalista do salário, ao custo de ser expulso da terra e da posse dos meios para trabalhar; para sermos livres da própria possibilidade de trabalhar (por essa razão que se inventam coisas como empreendedor ou coach), ou para trabalharmos de forma precarizada numa romantização da exploração sem direitos, uma cultura de um trabalho que não finca mais raízes, uma ideologia do fluir da ocupação.

O emprego perde centralidade como bússola nessa sociedade, como apontou Rifkin (2004)^{viii}, ao passo que a própria ideologia modificou a maneira de ver e se relacionar com o trabalho quando pensamos na geração dos nossos pais, a nossa e a dos nossos filhos, introduzindo o componente *flexível* como algo inerente e *natural* ao trabalho, e não que a precarização e a ampliação da exploração e das incertezas tenha algo a ver com isso (Sennett, 2022).

A volatilidade presumida como natural na ocupação da força de trabalho é meramente ideológica, na prática ela precariza objetiva e subjetivamente o ser que trabalha – a captura da subjetividade é debatida amplamente e mais recentemente se fala em “neurocapitalismo”, tamanho o conhecimento que o processo produtivo atingiu do cérebro, sua química e seu funcionamento, bem úteis à “intangibilidade” das Big Techs e seus algoritmos.

Como acabei entendendo mais tarde, a gravidade do seu medo vem do fosso que separa as gerações de Enrico e Rico. Os líderes empresariais e os jornalistas enfatizam o mercado global e o uso de novas tecnologias como as

características distintivas do capitalismo de nossa época. Isso é verdade, sim, mas não vê outra dimensão da mudança: novas maneiras de organizar o **tempo**, sobretudo o **tempo de trabalho** [...] O sinal mais tangível dessa mudança talvez seja o lema “Não há longo prazo”. No trabalho, a carreira tradicional, que avança passo a passo pelos corredores de uma ou mais instituições, está fenecendo; e também a utilização de um único conjunto de qualificações no decorrer de uma vida de trabalho. Hoje, um jovem americano com pelo menos dois anos de faculdade pode esperar mudar de emprego pelo menos onze vezes no curso do trabalho, e trocar sua aptidão básica pelo menos outras três durante os quarenta anos de trabalho [grifo nosso] (Sennett, 2022, p. 21 – 22).

Na regra é preciso descobrir o abuso, contra a insistência em dizer que algo é *natural*, nos ensinou o poeta^{ix}. O abuso, representado pela maneira com a qual o capital desestrutura, flexibiliza e precariza o mundo do trabalho, tendo uma parte do processo sido expresso concretamente por Rifkin (2004) e Sennett (2022), como desemprego, servidão, fome, incerteza e medo do futuro, como ser humano excedente supérfluo, como um problema para a acumulação, é resolvido pelo capital com o deslocamento da parte final do objetivo, qual seja, realizar ainda mais dinheiro como equivalência geral das mercadorias sob seu controle, elastecer ainda mais a valorização do valor; ampliar o caminho de $D - M - D'$ para $D - D'$, como um dinheiro capaz de gerar a si mesmo (capital fictício e capital portador de juros sob sua forma desenvolvida)^x.

Nesse momento histórico, em que o neoliberalismo joga papel fundamental, sua ideologia apoteótica opera a desregulamentação do trabalho e das finanças como política econômica, que no jogo do Estado e do poder impõe a sistematicidade dessas mesmas políticas para os países empobrecidos e subdesenvolvidos, com algum grau de dependência econômica do jogo do mercado global conduzido pelos países centrais e o grande capital dos países periféricos; e é também uma poderosa ideologia difundida pelo *mainstream* da ampla maioria desses instrumentos (igrejas neopentecostais e a renovação carismática católica, a mídia convencional, redes sociais, think tanks, etc.) e institucionalidades. Em vista do exposto, como ficam a democracia e a liberdade na era das finanças neoliberais, fase mais recente do sociometabolismo do capital?

Para termos uma ideia do alcance dessas finanças vamos aos dados que a *Oxfam* (2025) nos apresentou em seu relatório *As custas de quem? A origem da riqueza e a construção da injustiça no colonialismo*. No início do relatório, dois quadros são apresentados separadamente, com importantes dados e informações trazidas em conjunto, conforme compilado abaixo:

**DEMOCRACIA E LIBERDADE NA Balsa da Medusa:
REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE OS 'MARES REVOLTOS' DAS FINANÇAS NEOLIBERAIS**

Quadro 1: Um mundo de duas classes e três fatos sobre os 10 homens mais ricos do mundo.

Quadro 1 - Um mundo de duas classes: os fatos	Quadro 2 – Três fatos sobre os 10 homens mais ricos do mundo
Em 2024, a riqueza total dos bilionários aumentou em US\$ 2 trilhões, com a criação de 204 novos bilionários. Isso representa uma média de quase quatro novos bilionários por semana	A riqueza de cada um dos dez homens mais ricos do mundo cresceu, em média, quase US\$ 100 milhões por dia em 2024
A riqueza total dos bilionários cresceu três vezes mais rápido em 2024 do que em 2023.	Se você fosse um dos primeiros seres humanos, há 315.000 anos atrás, guardando US\$ 1.000 por dia, ainda assim não conseguiria ter a mesma quantidade de dinheiro que um dos dez bilionários mais ricos
Cada bilionário teve sua fortuna aumentada em média US\$ 2 milhões por dia. Para os 10 bilionários mais ricos, suas fortunas cresceram em média US\$ 100 milhões por dia	Se qualquer um dos 10 bilionários mais ricos perdesse 99% de sua riqueza, ele ainda seria bilionário
No ano passado, a Oxfam previu um trilionário em uma década. Se as tendências atuais continuarem, haverá agora cinco trilionários em uma década. ⁵ Enquanto isso, de acordo com o Banco Mundial, o número de pessoas que vivem na pobreza praticamente não mudou desde 1990	
60% provêm de herança, favoritismo e corrupção ou poder de monopólio. Em 2023, pela primeira vez, mais bilionários foram criados por herança do que por empreendedorismo	
Em 2023, o 1% mais rico do Norte Global recebeu US\$ 263 bilhões do Sul Global por meio do sistema financeiro - mais de US\$ 30 milhões por hora	
Dos US\$ 64,82 trilhões extraídos da Índia pelo Reino Unido durante um século de colonialismo, US\$ 33,8 trilhões foram para os 10% mais ricos; isso seria suficiente para cobrir Londres com notas de 50 libras quase quatro vezes	

Fonte: Oxfam.

Organização: Dutra, Jr. (2025).

Os dados demonstram a extrema concentração de riqueza – e de capital – e a potencialidade do controle político que os donos dessas fortunas hoje exercem na economia

mundial através de seus guardiões (OMC, Banco Mundial, OMS, FMI, etc.). Qual democracia teremos nesse contexto de expansão do poderio financeiro dos capitalistas?

Wolfgang Streeck (2018), em seu livro *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*, faz um elaborado panorama desses paralelos e tendências inscritos no caminho que levou ao poder e a desregulamentação das finanças globalizadas, tendo a centralidade sido orquestrada a partir do Estado (e de formas históricas por ele assumidas).

Refaz o percurso da crise capitalista, ponderando-a como uma *crise de legitimação*, na leitura da Escola de Frankfurt – de todo modo, o autor apresenta a base da crise a partir dos aspectos da lei geral, e as variações de superprodução e subconsumo. Essa *crise de legitimação* passa pelo esgarçamento do pacto keynesiano e dos trinta anos gloriosos, que por seu turno, enfrentava para o momento, graves problemas no âmbito da lucratividade do capital (acentuada na década de 1970, explodindo na crise das hipotecas subprime em 2008), e que não respondiam mais à necessária retomada do crescimento da economia capitalista.

O abandono do padrão ouro de Breton Woods, a reestruturação produtiva e a captura do Estado a partir da catequese neoliberal foram os caminhos que a crise toma. Mas permanece a necessidade de refletir sobre essa crise de legitimação, compreensível num mundo em que as promessas para o trabalho foram todas retiradas da pauta.

Em que consistia esse comprar tempo, de que nos fala Streeck (2018) e como isso foi feito? O objetivo do capital era – e ainda é – ganhar tempo ante a sua própria crise e contradições iminentes, reforçando as contratendências através de um Estado que é forte e presente na desregulamentação econômica e no jogo da dívida – pública e privada –; e completamente ausente, como Estado mínimo, apenas do lado da balança desses ‘seres humanos não rentáveis’, de que nos fala Kurz (2015).

Esse caminho tomado pelo capital leva, conforme demonstra Streeck (2018), à corrosão da democracia e da participação política do ‘cidadão’ (sobremodo a classe trabalhadora), na medida em que o jogo da política deixou de ser representativo de projetos efetivamente diferentes de mundo, ou caminhos concretos, e se dirimiu em debates, escolhas e imposições da sacrossanta austeridade e da taxa de juros, com as grandes corporações mantendo os Estados nacionais na trama desse capitalismo de cassino, fortemente especulativo, dominados por completo e a serviço do bel prazer dos grandes financistas.

O autor ainda pondera que a reação capitalista à crise na década de 1970 pareceu uma *compra de tempo com a ajuda de dinheiro*, uma operação bem sucedida no médio prazo, com

sua extensão temporal de quatro décadas. Comprar tempo – *buyng time* na expressão inglesa – significa “adiar um acontecimento iminente, na tentativa de ainda o impedir” (p. 45), e, para isso não necessariamente é necessário dinheiro, ao contrário do que fez o capital.

No caso, porém, foi utilizado e em grandes quantidades: aproveitando o dinheiro, essa instituição misteriosa da modernidade capitalista, para apaziguar conflitos sociais potencialmente desestabilizadores – primeiro, por meio da inflação; depois, pelo endividamento do Estado; a seguir, pela expansão dos mercados de crédito privados; e, por fim, atualmente, pela compra de dívidas do Estado e dos bancos pelos bancos centrais [o jogo mundializado de D – D'] [...] o adiamento e o prolongamento da crise do capitalismo democrático dos anos pós-guerra, por meio da *compra de tempo*, estão estreitamente associados ao processo, notável, de evolução capitalista que designamos como ‘financiarização’ (Streeck, 2018, p. 45)

Aqui Streeck (2018) alude os caminhos que o capital usa para comprar esse tempo, para adiar a crise pressuposta em suas fraturas metabólicas e contradições internas, para ganhar mais um dia, para que esse dia sempre venha. Essa compra emanada das mãos da inflação, do endividamento público, que, por sua vez, para ser reduzido induz ao endividamento privado e alimenta a ciranda da lógica do crédito pressuposto na corrosão do gasto social do Estado.

Nos países ricos, a desestatização de amplas áreas de serviços de interesse geral foi justificada, em parte, pelo aumento no nível de consumo e bem-estar. A substituição de direitos sociais do pós-guerra pela privatização e mercantilização ocorreu em paralelo à constituição de uma nova forma democrática denominada ‘pós-democracia’ por Colin Coruch, onde a participação política se redefine como entretenimento ao passo que se desconecta das decisões políticas, e especialmente das decisões político-econômicas.

A crise financeira do Estado não se deve ao excesso de democracia – como algumas versões da crise sugerem –, onde a massa da população é pesadamente custosa aos cofres públicos, pelo contrário os maiores beneficiários desse processo pagam bem pouco aos cofres públicos (Streeck, 2018).

Se houve ‘inflação de reivindicações’ que levou a um déficit estrutural das finanças públicas, ela se registrou nas classes superiores, cujos rendimentos e patrimônio aumentaram rapidamente nos últimos vinte anos, sobretudo devido às reduções de impostos a seu favor, enquanto o salário e as prestações sociais nos estratos inferiores da sociedade estagnavam ou até diminuía – evolução que, como dito, foi dissimulada, ou, pelo menos, legitimada temporariamente, por meio da inflação, do endividamento do Estado e do ‘capitalismo a crédito’ (Streeck, 2018, p. 119).

Assim evidencia-se, complementa o autor, “[...] o que consistiu o verdadeiro fracasso das democracias nas décadas de transição neoliberal” (p. 119). A democracia e a política fracassaram por não perceber essa contrarrevolução operada pelo capitalismo social do pós-guerra, como pontua Streeck (2018); todavia, a condução do sociometabolismo capitalista, foi articulado visando conter as crises e manter as taxas de lucratividade o mais alto possível, ainda que seja a partir de um dinheiro que gera dinheiro, mas que não pode prescindir do trabalho, seja como força de trabalho, seja como excedente (superpopulação relativa – precarização), seja como credor.

Numa linha que reflete sobre o poder crescente das oligarquias financeiras e o fracasso da democracia, Chesney (2020) afirma que satisfazer os mercados financeiros se traduziu num refinanciamento do sistema bancário às custas do contribuinte e sem exigir nenhuma verdadeira compensação. De outubro de 2008 a outubro de 2011 a Comissão Europeia aprovou 4,5 trilhões de euros de auxílio do Estado para as instituições financeiras, perfazendo algo em torno de 37% do PIB da União Europeia (p. 37), quem votou aprovando isso?

A extensão desse poder é algo assustador, numa série de dados referentes ao ano de 2017, Chesney (2020) esclarece que o banco HSBC teve resultados comparáveis ao do PIB inglês. Os quatro maiores bancos da França (BNP Paribas, Société Générale, o grupo BPCE e o Crédit Agricole) representavam 281% do PIB nacional.

Nesse mesmo ano o banco Credit Suisse, movimentou em produtos financeiros 28,8 trilhões de francos, e correspondiam assim a 36 vezes o total do seu balanço e a 687 vezes o total dos capitais próprios do banco de 41,9 bilhões de francos [...] A quantia era 43 vezes maior que o PIB suíço, ou seja, 668,2 bilhões de francos em 2017, correspondendo a 37,3% do PIB mundial (Chesney, 2020, p. 85). Por apenas uma dessas instituições, circulou em termos de movimentação financeira mais de um terço do PIB mundial em um ano – e esse poder não é nada virtual.

O que acontecerá quando todo esse dinheiro “inexistente” em sua grande parte for cobrado? Quem usufrui desse dinheiro “irreal-real”? Quais mãos são os verdadeiros ou verdadeiras donos e donas do dinheiro no sentido de quem realmente o produz? Quantas mãos fazem-se seus verdadeiros donos ou podem reclamá-lo? (Dutra Jr., 2023).

De acordo com Kurz (2020) democracia e economia de mercado (capitalismo) se correspondem como dois lados da mesma moeda. Alerta-nos que o grande resultado histórico emancipatório do processo democrático foi o fato de todos poderem se tornar indivíduos,

todavia esse tornar-se um indivíduo significou a substituição da sujeição pessoal a um senhor definido pela hereditariedade, pela sujeição à dominação impessoal (a potência da externalidade inscrita na filosofia da história reforça essa tese) e muito mais total do dinheiro. Há liberdade possível nessa democracia?

Derradeiras considerações

No filme *Encontro com Milton Santos: ou o mundo global visto do lado de cá*, há uma passagem que traz uma fala de José Saramago sobre a democracia nos tempos que correm.

Tudo se discute nesse mundo, menos uma coisa que não se discute, não se discute a democracia. A democracia está aí, como uma espécie de santa no altar, de quem já não se esperam milagres, mas que está aí como uma referência, uma referência, a democracia. E não se repara que a democracia em que vivemos, é uma democracia sequestrada, condicionada, amputada, porque o poder do cidadão, o poder de cada um de nós limita-se, na esfera política; repito, na esfera política, a tirar um governo de que não gosta e a por outro de que talvez venha a gostar, nada mais! Mas as grandes decisões são tomadas numa outra esfera, e todos sabemos qual é: as grandes organizações financeiras internacionais, os FMI's, as Organizações Mundiais do Comércio, os Bancos Mundiais, a OCDE, tudo isso, e nenhum desses organismos é democrático. Portanto, como podemos falar em democracia, se aqueles que efetivamente governam o mundo, não são eleitos e eleitos democraticamente pelo povo? Quem é que escolhe os representantes dos países nessas organizações? Os respectivos povos? Não! Onde está então a democracia?" Saramago em *Encontro com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá* (Saramago, 2006)

Quem elege essas pessoas para esses cargos? Como as grandes decisões de política econômica são tomadas? Quem decide a taxa de juros? Quem estabelece os valores do Plano Safra? Qual a natureza da, e a razão pela qual, a dívida pública brasileira nunca é auditada? Quem são os seus credores? Quem deve a quem? Quem paga a conta?

O ensaio apresentado refletiu a respeito de tendências e conexões que existem entre o poder financeiro do grande capital, amplamente conhecido, e as fragilidades que tal processo impõe a democracia diante desse poderio. Dados complementares poderiam ser apresentadas, todavia optou-se por refletir a partir de tendências mais gerais, pois o escopo do crescimento da extrema direita aponta para algumas conexões possíveis dessa relação, não tão simples de ser “traduzida”, mesmo a partir de robustas estatísticas.

Como apontar a relação direta entre tal crescimento e o poder financeiro das *big techs*? Dentre as 10 empresas de maior valor mundial de mercado, o Google ocupa a quinta posição; e a Meta, gestora das redes sociais: instagram, facebook e whatsapp, ocupa a sétima posição.

Outras empresas do ramo de tecnologia situam-se nesse rol. Nvidia, Microsoft, Apple e Amazon são as quatro primeiras, respectivamente^{xi}. Cabe destacar por qual razão os algoritmos faziam circular em maior número e alcance as mensagens e valores políticos da extrema direita? (O’Neil, 2021; Fisher, 2023). Por acaso os algoritmos – como sendo ‘opiniões embutidas em códigos’ (O’Neil *apud* Iasi, 2020) – estão desconectados dos interesses das suas empresas negociadas nas bolsas de valores?

Tanto O’Neil (2021) quanto Fisher (2023), sinalizam como o algoritmo pulsa pelas mesmas razões da mercadoria, na medida em que o quantitativo de likes, curtidas, compartilhamentos, etc., é o que define os parâmetros da monetização. E tais parâmetros, associam-se a maneira como o próprio algoritmo entrelaça esse quantum mercantilizado com valores conservadores, que ganham maior circulação na rede do que os valores progressistas. O que isso gera nessa forma democrática contemporânea?

O documentário *Privacidade Hackada*, constante no catálogo da plataforma de streaming Netflix, mostra parte dessa relação entre algoritmos e manipulação eleitoral. O escândalo envolveu o acesso a dados pessoais disponibilizados pelo Facebook para a empresa Cambridge Analytica.

Em 2018, uma empresa de informações chamada *Cambridge Analytica*, foi protagonista de um escândalo envolvendo também o *Facebook*, em supostas manipulações de informações e disseminações de *fake news*, corroborando para eleger Donald Trump (20 de janeiro de 2017 a 20 de janeiro de 2021). [...] A referida empresa foi acusada de utilizar informações privadas do *Facebook*, de mais de oitenta milhões de cidadãos norte-americanos, para criar perfis eleitorais, e partindo desses dados, enviarem uma verdadeira “enchente” de anúncios e notícias, favorecendo Donald Trump e lesando seus opositores, pois parte das notícias divulgadas eram *Fake News* (Santos, Santos & Fernandes, 2021, p. 67).

Esse escândalo^{xii} demonstra parte das tendências sinalizadas no decorrer do texto. Inclusive conexões entre Steve Bannon e Eduardo Bolsonaro^{xiii} são de conhecimento público, e o mesmo *modus operandi* da eleição de Trump é observado na extrema direita brasileira.

Sob a atuação conivente do Estado, o poder do dinheiro no âmbito do metabolismo social do capital corrompe a democracia por formas indiretas – como no caso dos algoritmos –

ou diretas, como nas brechas legais abertas pelo regramento do financiamento de campanhas eleitorais.

O relatório *Democracia inacabada: um retrato das desigualdades brasileiras*, publicado pela Oxfam demonstra o exposto. Segundo registra, em 2015 a “*Mini-reforma Eleitoral*” proibiu o financiamento de campanhas eleitorais por empresas, baseado na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que entendeu ser as contribuições empresariais uma “[...] captura ilícita do poder político pelo poder econômico, comprometendo a normalidade e a legalidade das eleições” (Oxfam, 2021, p. 36).

Contudo, a mesma mini-reforma de 2015 manteve a possibilidade de doação de pessoas físicas, desde que seguindo algumas regras: “teto de 10% da renda bruta anual, conforme declaração à Receita Federal pelo doador no ano anterior à eleição, além da hipótese de autodoação até o total de 10% dos limites previstos para gastos de campanha no cargo em que se concorrer” (Oxfam, 2021, p. 36).

Na prática, mesmo que de uma maneira um pouco mais restrita, o poder econômico segue podendo capturar o poder político, mesmo sem o financiamento eleitoral por parte de empresas (cabe registrar que poder econômico e poder político só se separam do ponto de vista da aparência das relações sociais, conforme supramencionado). Nas eleições de 2018 fica evidente a continuidade da captura.

Tomemos como exemplo a eleição de 2018. Nela, os dez maiores doadores — empresários com posições de liderança em empresas das áreas de energia, vestuário, locação de carros, construção civil e alimentos — totalizaram R\$ 30,726 milhões, com valor médio de R\$ 3,072 milhões, distribuídos em 228 doações, com valor médio de R\$ 134.765 (Oxfam, 2021, p. 36)

O maior doador individual desta eleição foi o senhor Rubens Ometto Silveira Mello, presidente do Conselho de Administração da Cosan (conglomerado das áreas de energia e logística), bilionário com fortuna estimada em R\$ 7 bilhões, cuja doação para o pleito de 2018 totalizou 7,55 milhões de reais, equivalendo a 1,37% de todo valor individual doado naquela campanha. “Considerando o limite de doações imposto a pessoas com renda mensal de um salário-mínimo naquele ano (R\$ 11.448), apenas Ometto doou o equivalente a 659 eleitores no pleito de 2018. Naquele ano, 25 candidatos dos 64 que receberam doações de Ometto foram eleitos” (Oxfam, 2021, p. 37).

Como traduzir a contento, dentro de uma democracia, que um eleitor tenha o poder de doar individualmente para uma campanha, o equivalente ao limite do que 659 eleitores com renda mensal de um salário mínimo podem doar a esta mesma campanha?

Qual o alcance para influenciar os rumos dessa democracia pode ter um indivíduo que doou para 64 candidatos, dos quais 25 foram eleitos? O mesmo alcance de quem ganha um salário mínimo? Como situar essa relação num país em que os 6 brasileiros mais ricos detêm a mesma riqueza que 100 milhões de brasileiros mais pobres – com as tendências de concentração de renda e riqueza em progressão (e onde os 5% mais ricos detêm o mesmo que os demais 95% da população)?^{xiv}

Streeck (2018) estabelece uma reflexão que apontou um crescimento da participação em eleições no âmbito de todas as democracias ocidentais nos anos 1950 – 1960. Quando a crise do capital levou a uma reestruturação produtiva e ao desenvolvimento da desregulação financeira neoliberal, após a década de 1970, as participações em eleição reduziram-se tendencialmente nessas democracias até a década de 2000 – 2011.

Ao contrário do que se costuma afirmar, invocando a teoria revisionista da democracia dos anos 1960, prossegue Streeck (2018), a diminuição da participação nas eleições não significa satisfação dos cidadãos com a situação, e por isso desistem de intervir; senão que, como mostra Armin Schäfer (*apud* Streeck, 2018, p. 101), “[...] os eleitores que participam menos das eleições são aqueles que tem rendimentos baixos e pertencem às camadas sociais mais baixas”.

A diminuição da participação deles é a mais acentuada. Por conseguinte, registra-se em todas as regiões uma forte correlação negativa entre a participação nas eleições e a taxa regional de desemprego e de beneficiários de assistência social. A dispersão da participação nas eleições entre bairros das grandes cidades alemãs tem aumentado continuamente em todas as eleições desde os anos 1970, sendo, entretanto, tão baixa em bairros desfavorecidos do ponto de vista socioeconômico (com elevada porcentagem de imigrantes e de desempregados, rendimentos baixos, etc.) que os partidos praticamente já desistiram de fazer propaganda eleitoral nesses locais – o que diminui ainda mais a participação da margem inferior da sociedade nas eleições e desloca as plataformas eleitorais dos partidos ainda mais ‘para o centro’ (Streeck, 2018, p. 102).

O autor faz referência ao contexto alemão, todavia apresenta dados agrupados dessa tendência em diversos países como: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca,

Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Grécia, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Portugal, Suécia e Suíça.

Para o conjunto considerado, a participação em eleições vem caindo década a década, saindo de uma participação média de 83,3% na década de 1950, que atinge 84,1% na década de 1960 (pico do período analisado). Daí em diante a tendência de queda prossegue com a participação respectiva de 82,1% em 1970; 80,3% em 1980; 76,3% em 1990; chegando a 72,5% de participação no período que vai de 2000-2011, considerando a média de todos esses países (Streeck, 2018, p. 102 – 103).

No Brasil a tendência se confirma no crescimento das abstenções em eleições municipais, por exemplo. Segundo reportagem publicada no site G1^{xv}, as abstenções apresentam tendência crescente desde as eleições do ano 2000. As abstenções saltam de 16,2% no ano 2000, para 29,26% no ano de 2024; sendo de 17,3% em 2004; 18,1% em 2008; 19,1% em 2012; 21,6% em 2016 e 29,53% em 2020, no caso do último dado o país encontrava-se em meio à pandemia de Covid 19, o que em parte explica a abstenção, que, todavia, se manteve nos mesmos níveis em 2024, quando a pandemia já não existia.

As eleições presidenciais no país seguem a tendência apontada^{xvi}. Do ano de 2006, passando por 2010, 2014, 2018 e 2022, temos os seguintes percentuais de abstenção, respectivamente: 16,75%; 18,12%; 19,39%; 20,33%; atingindo o pico de 20,89% na eleição que marca o retorno de Lula da Silva à presidência da república.

Portanto, a mesma sinalização tendencial da redução da participação se coloca de maneira proporcional ao crescimento da concentração de renda e riqueza no país e no mundo. Soma-se a isso o controle da política econômica brasileira por parte do rentismo, a correlação de forças no âmbito do Congresso Nacional, a subserviência do Estado para com os clamores do grande capital, das corporações financeiras e do agronegócio amplamente financiado e subsidiado com isenções fiscais (o Plano Safra é uma expressão desse fato); mesmo que o projeto eleito pela população não apontasse para essa direção da condução política, privilegiando a autoridade e a dívida pública.

Destarte a taxa de juros segue a mais alta do planeta, praticada por um Banco Central “independente”, que manteve essa tendência, mesmo com o atual presidente da instituição sendo escolhido pelo governo social-liberal dito progressista do Partido do Trabalhadores.

Por acaso, a “boiada” que o governo anterior passou foi revertida? Qual o significado da PEC da devastação (Projeto de Lei 2.159/2021) nessa conjuntura de uma democracia em crise? E da PEC dos agrotóxicos (Projeto de Lei 1.459/2022)? Por qual razão o atual governo

não consegue e tampouco conseguirá reverter as medidas antidemocráticas do governo Bolsonaro e suas contrarreformas? Quem governa de fato na frágil democracia brasileira?

A realização de uma democracia e liberdade efetivas – para além de sua forma abstrata burguesa – estão obstaculizadas pela forma da acumulação capitalista, pois seus limites serão sempre os mesmos limites do movimento autovalorativo do capital, condenados ao mesmo trabalho de Sísifo do fim em si de fazer sempre mais “dinheiro”.

No caminho para efetivá-las concretamente, faz-se necessária a ruptura com o sistema sociometabólico historicamente específico do capital, pois no mesmo, a coisa (mercantil) segue dominando a humanidade do ser humano, transformando-o em carcaça de um tempo – comprado, adiado, financeirizado. O caminho, para lembrar os ensinamentos de Karl Marx na *Questão Judaica*, deve nos levar do invólucro dos limites da emancipação política – democracia – para a efetiva emancipação humana – liberdade substantiva –, onde não mais seremos escravos de necessidades estranhas.

REFERENCIAS

CHESNEY, M. **A crise permanente**: o poder crescente da oligarquia financeira e o fracasso da democracia. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

DUTRA JR, W. **O (des)conceito de homem na leitura do espaço-tempo postulado na Geografia Humana**: os enigmas de uma Geografia humana sem homens. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. São Cristóvão, 2015.

DUTRA JR. W. **A Geografia da Acumulação** – Territórios do Trabalho (Abstrato) e da Riqueza (Abstrata): a espacialização da irracionalidade substantiva do capital. Dissertação de Mestrado em Geografia. NPGeo – UFS. São Cristóvão, 2010.

DUTRA JR., W. **Sobre pares dialéticos e ouro de tolo**: “e se a pedra filosofal tivessem, ainda o filósofo faltava à pedra”. In: <https://capitaltrabalho.blogspot.com/2023/02/sobre-pares-dialeticos-e-ouro-de-tolo-e.html/>. Acesso em 20 de julho 2025.

DUTRA, JR. W. Tensões do federalismo e a face do velho/novo autoritarismo brasileiro – apontamentos a partir da acumulação do capital. **Revista Pegada**. v. 26. n. 1, 2025.

DUTRA, JR. W. Uma (anti)fábula que fala de ti ou de nós? Reflexões sobre desigualdade, ideologia e alienação. In: CONCEIÇÃO, A.; CARLOS, A. F. A.; SOUSA NETO, M. F. de S. & DEL GAUDIO, R. S. (org.). **Marx, a geografia e a teoria crítica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2023 (p. 109 – 130).

ENCONTRO com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá. Direção de Silvio Tandler. Rio de Janeiro: Caliban Produções. 2006 (89 min.).

FISHER, M. **A máquina do caos**: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo. São Paulo: Editora Todavia, 2023.

HEGEL, G. W. F. **Filosofia da História**. 2º Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

HEILBRONER, R. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996 (Col. Os Economistas).

IASI, M. **O dilema do dilema das redes**: a internet é o ópio do povo. In: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/10/20/o-dilema-do-dilema-das-redes-a-internet-e-o-opio-do-povo/>. Blog da Boitempo. Acesso em 26 de setembro de 2025.

JAPPE, A. **Sobre a balsa da Medusa** – ensaios acerca da decomposição do capitalismo. Lisboa: Antígona Editores, 2012.

JAPPE, A.; KURZ, R. & ORTLIEB, C. P. **El absurdo mercado de los hombres sin cualidades**. 2º ed. Logroño (La Rioja, Spain), 2014.

JONG, D de. **Bilionários nazistas**: a tenebrosa história das dinastias mais ricas da Alemanha. Trad. Otacílio Nunes. São Paulo: Objetiva, 2023.

KURZ, R. **Poder mundial e dinheiro mundial**: crônicas do capitalismo em declínio. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

KURZ, R. **A democracia devora seus filhos**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

LACOSTE, Y. **A geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 19º ed. Campinas/SP: Papyrus, 2011.

LEFEBVRE, H. **Marxismo**. Porto Alegre: L&PM, 2017.

LOSURDO, D. **Contra-história do liberalismo**. Aparecida/SP: Ideias & Letras, 2006.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo. Ed. Boitempo, 2004.

MARX K. & ENGELS, F. **O manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K & ENGELS, F. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

O'NEIL, C. **Algoritmos de destruição em massa**: Como o Big Data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. São Paulo: Editora Rua do Sabão, 2021.

OSORIO, J. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

OXFAM. **Democracia inacabada**: um retrato das desigualdades brasileiras. (Relatório). Oxfam International. Janeiro de 2021.

OXFAM. **As custas de quem?** A origem da riqueza e a construção da injustiça no colonialismo. (Relatório). Oxfam International. Janeiro de 2025.

PRIVACIDADE hackeada. Produção e direção de Karim Amer; Jehane Noujaim; Geralyn White Dreyfous; Judy Korin; Pedro Kos. Estados Unidos: Os Others – Distribuído por Netflix, 2019 – 113 minutos.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2019.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos**: o contínuo crescimento do desemprego em todo mundo. São Paulo: M. Books, 2004.

SANTOS, B. P. dos; SANTOS, C. C. R. & FERNANDES, R. M. **Resenha crítica sobre o Filme**: Privacidade Hackeada e a questão do uso de dados como pauta da política de direitos humanos. *Áskesis*, v. 10, n.º. 2, p. 65-70, Jul-Dez, 2021.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 23ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.

SINGER, A.; ARAUJO, C. & BELINELLI, L. **Estado e democracia**: uma introdução ao estudo da política. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

STREECK, W. **Tempo comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo, 2018.

NOTAS

ⁱ Refiro-me aqui tanto às workhouses inglesas do período, quanto à legislação sanguinária e nada idílica, destinada a disciplinar o trabalho para a lógica fabril e capitalista nascente, que Marx (2013) apresentou no capítulo sobre a acumulação primitiva. Uma legislação que condenava a mendicância e a vagabundagem nos termos da lei, com inúmeras punições, estabelecia as bases para o trabalho móvel e disposto a se vender ao capital.

ⁱⁱ “Andreas Ryff, um mercador barbudo e vestido em couro, está voltando para a sua casa em Baden; numa carta que escreve à esposa conta que visitou trinta feiras e que é perturbado por abrasões provocadas pela sela. Porém, perturba-se mais ainda com os prejuízos daqueles tempos; durante a viagem é parado a mais ou menos cada dezesseis quilômetros, com a finalidade de pagar pedágio; entre Basle e Colônia paga trinta e um tributos [...] E isso não é tudo. Cada comunidade que visita tem seu próprio dinheiro, suas normas e regulamentos, suas próprias leis e organização. Só na região ao redor de Baden há 112 medidas de comprimento diferentes, 92 medidas quadradas diferentes, 65 medidas diferentes para secos, 163 medidas diferentes para cereais, 123 medidas diferentes para líquidos, 63 medidas especiais para bebidas e 80 tipos de pesos diferentes denominados libras” (Heilbroner, 1996, p. 25). Um mundo das diferenças concretas não cabe numa sociabilidade da indiferenciação

estabelecida pelo trabalho abstrato como centralidade social meditativa das práticas, ao mesmo tempo em que uma arquitetura institucional dessa natureza requer uma estrutura de comando centralizadora mais abrangente e totalizadora, por tal razão o Estado vem com a mesma força dos parâmetros da lucratividade, pois é essa comando desigual, combinado e abrangente da reprodução social, agora cada vez mais dominante na sociedade.

ⁱⁱⁱ O texto citado encontra-se aceito para publicação na Revista Pegada – a revista da geografia do trabalho, publicada pela Unesp. Link: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/>. Em breve estará disponível para consulta online. O título do referido texto é: *Tensões do federalismo e a face do velho/novo autoritarismo brasileiro – apontamentos a partir da acumulação do capital*.

^{iv} “A liberdade do indivíduo como uma espécie de bem supremo, preconizada pela teorização liberal, não pode ultrapassar o sentido de indivíduo livre, porém escravo de sua própria condição histórica, que impõe a venda da força de trabalho como sua única saída para manter-se” (Dutra Jr., 2025, p. 10).

^v “Entre os presentes estavam Günter Quandt, um produtor têxtil convertido em magnata de armas e baterias; Friedrich Flick, um magnata do aço; o barão August von Finck, um magnata das finanças; Kurt Schmitt, CEO do colosso dos seguros Allianz; executivos do conglomerado químico IG Farben e do gigante de potassa Wintershall; e Gustav Krupp von Bohlen und Halbach, que através do casamento se tornara presidente do império de aço Krupp. In: JONG, D de. **Bilionários nazistas: a tenebrosa história das dinastias mais ricas da Alemanha**. Trad. Otacílio Nunes. São Paulo: Objetiva, 2023 (p. 10 – 11).

^{vi} “A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho, e, portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital; **a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. A violência extraeconômica, direta, contínua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, é possível confiar o trabalhador às “leis naturais da produção”, isto é, à dependência em que ele mesmo se encontra em relação ao capital, dependência que tem origem nas próprias condições de produção e que por elas é garantida e perpetuada**. Diferente era a situação durante a gênese histórica da produção capitalista. A burguesia emergente requer e usa a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites favoráveis à produção de mais-valor, a fim de prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva” (Marx, 2013, p. 808 – 809). Grifo nosso.

^{vii} Entretanto, embora tenha evitado a armadilha do otimismo acrítico, Hegel apresentou um sistema de positivismo acrítico (Marx) em relação à ordem burguesa. Não importa como tudo aquilo pudesse parecer às pessoas – todas elas, mesmo as que tinham uma posição de “individualidades históricas mundiais” (como Napoleão, seu grande contemporâneo), eram descritas por ele como instrumentos nas mãos da Razão/Espírito do Mundo e, por isto, destinadas meramente a levar adiante, de maneira inconsciente, os desígnios do Espírito do Mundo, simultaneamente à perseguição de suas próprias metas limitadas. Daí sua mensagem de que tínhamos chegado ao estágio histórico final, além do qual seria inconcebível sequer tentar prosseguir sem autocontradição, pois o que até então fora realizado não resultava de um empreendimento humano limitado, mas era a jornada – prevista desde o início – da autorrealização do Espírito do Mundo, culminando, no plano do esforço humano, na ordem última do capital permanente universal (Mészáros, 2002, p. 57).

^{viii} “Nossos líderes empresariais e principais economistas nos dizem que os números crescentes do desemprego representam ‘ajustes’ de curto prazo às poderosas forças impulsionadas pelo mercado, que estão acelerando a economia global rumo à Terceira Revolução Industrial. Eles nos acenam com a promessa de um excitante novo mundo de produção automatizada de alta tecnologia, comércio global em franco desenvolvimento e abundância material sem precedentes. Milhões de trabalhadores continuam céticos. A cada semana, mais trabalhadores são demitidos. Em escritórios e fábricas em todo o mundo as pessoas esperam, angustiadas, ser poupadas por mais um dia que seja. Como uma epidemia mortal infiltrando-se inexoravelmente no mercado de trabalho, a estranha e aparentemente inexplicável nova doença econômica se espalha, destruindo vidas e desequilibrando comunidades inteiras no seu rastro. Nos Estados Unidos, as corporações estão eliminando anualmente mais de 2 milhões de empregos. Em Los Angeles, o First Interstate Bankcorp, a décima terceira maior holding de bancos dos Estados Unidos, reestruturou recentemente suas operações, eliminando 9 mil empregos, mais de 25% de sua força de trabalho. Em Columbus, Indiana, a Arvin Industries modernizou sua fábrica de componentes automotivos e demitiu quase 10% de seus funcionários. Em Danbury, Connecticut, a Union Carbide fez a reengenharia de seus sistemas de produção, administração e distribuição para cortar excessos e economizar US\$ 575 milhões em custos em 1995. Com essa medida, mais de 13.900 empregados, quase 22% de sua força de trabalho, foram cortados da folha de pagamentos da empresa. A empresa deve demitir ainda mais 25% de seus funcionários, antes de terminar de ‘reinventar’ a si própria nos próximos dois anos. Centenas de outras empresas também anunciaram demissões. Recentemente, a GTE demitiu 17 mil funcionários. A NYNEX Corp. afirmou estar demitindo 16.800 funcionários. A Pacific Telesis despediu mais de 10 mil. “A maioria das demissões”, noticia o Wall Street Journal, “é facilitada, de um modo ou de outro, por novos programas de software, melhores redes de computador e hardware mais

potente”, os quais permitem que as empresas realizem mais trabalho com menos trabalhadores” (Rifkin, 2004, p. 50 – 51).

^{ix} Referência ao poema *A exceção e a regra* de Bertolt Brecht. In: <https://criticadesapiedada.com.br/a-excecao-e-a-regra-bertolt-brecht/>, Acesso em 20.jul.2025.

^x Em sua dissertação de mestrado Dutra Jr. (2010) desenvolve melhor o argumento: “Segundo Marx (2008, p. 519 – 520), no capital produtor de juros as relações capitalistas atingem a forma mais reificada, mais fetichista. Nessa forma $D - D'$, tem-se dinheiro que gera mais dinheiro, valor que se valoriza a si mesmo sem o processo intermediário que liga os dois extremos. No capital mercantil a forma apresenta-se como $D - M - D'$, a forma geral do movimento capitalista que pressupõe o produto de uma relação social e não produto de uma simples coisa [...] Em $D - D'$ objetiva-se o ponto de partida primitivo do capital, o dinheiro da fórmula $D - M - D'$ reduzida aos dois extremos $D - D'$, sendo $D' = D + \Delta D$, dinheiro que gera mais dinheiro. A fórmula geral do capital concentra-se numa síntese esvaziada de sentido. O capital em sua marcha completa é unidade do processo de produção e do de circulação, proporcionando mais-valia em um dado período. Com o capital produtor de juros, esse resultado aparece diretamente, sem as intermediações do processo de produção e circulação. O capital é agora fonte misteriosa, autogeradora o juro, um ‘capital autótrofo’, aumentando si mesmo. Valor que se valoriza a si, dinheiro que ao gerar dinheiro faz desaparecer os vestígios do conjunto das relações sociais que pesa sob a arquitetura das finanças, que apresenta à superfície o aparente findar da acumulação do capital sob o signo da reprodução ampliada, conforme aponta Chesnais (1998)” (p. 76).

^{xi} Fonte: <https://exame.com/invest/mercados/as-10-empresas-mais-valiosas-do-mundo-em-2025/>. Acesso em 26 de setembro de 2025.

^{xii} “O documentário tem como intuito principal, mostrar por meio de testemunhas deladoras o escândalo das eleições de 2016 nos EUA, o uso de dados pessoais de cidadãos estadunidenses para induzir em uma eleição presidencial. David Carroll, professor associado da *Parsons School Of Design* de Nova York, narra as descobertas que teve após começar a investigar para onde vai suas informações sociais ao serem inseridas em redes de dados, entrou com um processo contra a empresa *Cambridge Analytic* requerendo seus dados e exigindo saber como esses foram coletados pela empresa, David Corroll tenta requerer sua privacidade enquanto cidadão, e luta pelo direito de privacidade. Aceitar os termos de uso não dá direito aos gerenciadores de redes sociais/*softwares*/aplicativos, de utilizar os dados pessoais de nenhum indivíduo é neste momento que os direitos humanos garantem a privacidade da pessoa, no documentário este é o ponto chave, infringir os direitos de uma pessoa de não permitir o compartilhamento e o uso de informações pessoais” (Santos, Santos & Fernandes, 2021, p. 67).

^{xiii} Fonte: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/apos-apoio-de-steve-bannon-eduardo-bolsonaro-reforca-que-candidato-e-jair/#goog_rewarded. Acesso em 26 de setembro de 2025.

^{xiv} Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/22/politica/1506096531_079176.html. Acesso em 26 de setembro de 2025.

^{xv} Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/11/02/historico-de-abstencao-nas-eleicoes-preocupa-tse-especialistas-avaliam-se-ha-desilusao-com-candidatos.ghtml>. Acesso em 26 de setembro de 2025.

^{xvi} Fonte: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/10/02/eleicoes-2022-abstencao-atinge-maior-percentual-desde-1998.ghtml>. Acesso em 26 de setembro de 2025.